

Chapitre 1: Angola

Compilado por Samuel N Fongwa

	Estatísticas contextuais do país
	<p>População: 19.6 milhões (2011) PIB per capita: 6.000 dólares norte-americanos (2011) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,486 Níveis de desemprego: > 50% (2011 est.) Principais sectores económicos: petróleo e gás, negócios e comércio, serviços, agricultura/silvicultura/pesca Principais exportações: petróleo bruto, diamantes, produtos petrolíferos refinados, café, sisal, peixe e produtos da pesca, madeira, algodão Incidência de VIH e SIDA: 2% (2009) Escolarização bruta no ensino primário: 124% (2010) Escolarização bruta no ensino secundário: 31% (2010) Escolarização bruta no ensino superior: 14% (2010)</p>

Os dados contextuais do país foram obtidos de várias fontes: CIA (2012), UNAIDS (2011), UNDP (2011), UNESCO Institute for Statistics (2011).

Este capítulo resume o cenário de ensino superior em Angola nos últimos anos à medida que o país tenta consolidar os benefícios de uma resolução pacífica da guerra civil prolongada e embarca num processo de reconstrução nacional e desenvolvimento socioeconómico. O papel do ensino superior nestes processos foi recentemente reiterado pelo presidente angolano, que defendeu as actuais alterações no sistema de ensino superior, alegando que "a revisão do sistema de educação que implementamos visa reorientar os cursos de acordo com as necessidades de desenvolvimento do país e das suas províncias e regiões".

À medida que as economias a nível mundial unem esforços na formação de blocos regionais para enfrentar desafios e oportunidades económicos e financeiros, as instituições de ensino superior também se estão a unir para formar organismos regionais mais abrangentes para enfrentar desafios conjuntamente no e além do sector e para contribuir para os imperativos de desenvolvimento nacional e regional (Oyewole 2009). Este capítulo fornece uma descrição geral do nível de colaboração regional e internacional no sistema de ensino superior da SADC com ênfase em Angola.

Conforme abordado na introdução desta compilação de perfis do país, o estudo geral efectuado utilizou dois questionários: o primeiro sendo enviado para o Ministério de Ensino Superior em Angola e o outro para as universidades participantes. Apesar dos processos de

acompanhamento abrangentes, incluindo uma tentativa de nomear um investigador interno, não foi recebido qualquer questionário preenchido pelo Ministério de Ensino Superior e apenas uma das seis universidades incluídas no estudo enviou uma resposta. A resposta universitária recebida estava apenas parcialmente preenchida e os dados fornecidos continham diversas inconsistências. Foram, portanto, utilizados dados secundários e outros recursos relevantes para fornecer uma descrição geral do ambiente de ensino superior em Angola. É provável que o facto de todas as universidades, à excepção de uma, ainda serem muito recentes signifique que não possuam dados suficientes para contribuir para o estudo. Como resultado, os dados eram insuficientes e não foi possível fornecer uma descrição geral dos diferentes aspectos de interesse no cenário do ensino superior em Angola e foi, portanto, tomada uma decisão para excluir os dados deste capítulo. Os dados foram substituídos ao realizar uma investigação literária para acompanhar o que tem ocorrido no ambiente de ensino superior desde o anterior estudo da SARUA (2008). A imprensa em geral e os documentos governamentais disponíveis foram utilizados para recolher informações com base nas quais pode ser apresentado um quadro geral do ensino superior em Angola.

Contexto político e socioeconómico nacional

O cenário político e socioeconómico de Angola continua a recuperar da guerra civil de 27 anos que afectou o país imediatamente após a independência de Portugal em 1975. Envolvidas nas lutas da Guerra Fria, as facções antigovernamentais lutaram contra as tropas governamentais, sendo cada lado apoiado internacionalmente por indivíduos, organizações e nações com diferentes interesses no país e nos seus depósitos de recursos naturais. Após o final da guerra civil em 2002 e a assinatura do memorando de acordo, o país embarcou em programas de construção e de reassentamento para milhões de pessoas que foram deslocadas durante a guerra. Um impacto socioeconómico principal da guerra são as más condições nas quais a maioria da população continua a viver. Outro impacto principal da guerra é o elevado número de angolanos académicos e instruídos que foram forçados a sair do país durante a guerra.

Nos anos após o final da guerra, Angola descobriu enormes depósitos petrolíferos e em 2006 tornou-se um membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC). Devido à alta produção, o país rapidamente se tornou no maior produtor de petróleo na África Subariana, na segunda maior economia na região da SADC e está entre as três economias com crescimento mais rápido no mundo (BAD 2011a). Com quase 60% do PIB nacional proveniente de petróleo e gás, a exploração suportou o rápido crescimento do sector não petrolífero para compensar o sector petrolífero durante os últimos anos (BAD 2011b). Actualmente, Angola possui uma população de mais de 19 milhões de pessoas, da qual aproximadamente 4,5 milhões reside na capital Luanda. O país tem um PIB per capita (em termos de paridade de poder de compra) superior a 6.000 dólares norte-americanos,

tornando-o numa das economias mais fortes na região e no continente. Embora Angola possa vangloriar-se por ser uma das economias com crescimento mais rápido, mais de dois terços da população vive abaixo do limiar de pobreza, com cerca de 28% a viver em pobreza extrema e apenas 30% possui acesso adequado a serviços de saúde (CIA 2012, UNICEF 2009). Isto é evidente com a malária a representar mais de 77% de todas as mortes e uma relação médico-paciente de aproximadamente 1:10.000. O governo embarcou num programa para construir instalações de saúde e outras instalações sociais para os cidadãos (PNUD 2009).

Devido ao elevado número de angolanos qualificados que saíram do país durante a guerra e aos níveis de pobreza extrema que persistem no país, outra característica principal da economia angolana é a elevada taxa de remessa recebida por angolanos. Estas remessas são provenientes de uma variedade de países, sendo África do Sul e Portugal duas das principais fontes, pois foram os destinos de muitos angolanos durante a migração. Num estudo de 2008 sobre o fluxo de remessa para África, observou-se que Angola era o país da África Central mais elevado e o segundo mais elevado de quatro países da SADC em termos de remessas, recebendo 969 milhões de dólares norte-americanos (2,2% do PIB). África do Sul recebeu 1.489 milhões de dólares norte-americanos (0,6% do PIB), enquanto Lesoto e Suazilândia receberam 355 e 89 milhões de dólares norte-americanos (24,1% e 3,4% do PIB, respectivamente) (Tinajero 2009). Muitas famílias em Angola (e noutros países da SADC) dependem significativamente das remissas provenientes do exterior.

A investigação em índices de desenvolvimento humano alega que Angola é afectada por um elevado nível de corrupção, má reputação a nível de direitos humanos e liberdade de expressão limitada. A avaliação do nível de transparência classificou Angola como o 160.º de 180 países investigados. Tal foi confirmado por outra investigação da Fundação do Património que classifica Angola como o 153.º de 179 países. O governo foi rápido em promulgar políticas para reduzir a corrupção, levando a diversos casos e acusações de alto nível (Tinajero 2009), mas a Human Rights Watch denunciou recentemente elevados níveis de restrições governamentais na liberdade de expressão em torno da Cimeira de Chefes de Estado em Angola em 2011, durante a qual os jornalistas e outros representantes dos meios de comunicação social foram privados dos direitos de expressão e outros direitos básicos. O Director Africano na Human Rights Watch apelou ao país e à região para resolver a situação, declarando que "o comportamento obstrutivo destaca o ambiente restritivo e repressivo em Angola, que deveria constar na agenda da SADC (Human Rights Watch 2011)".

De uma perspectiva política, Angola iniciou diversas políticas e documentos estratégicos para responder ao desenvolvimento socioeconómico nacional. Uma destas políticas é o Plano de Desenvolvimento Sustentável no período de 2009-2013, um plano de desenvolvimento nacional com um objectivo geral para "crescer com diversificação, combater a fome e a pobreza e reduzir a pobreza" (Plano de Desenvolvimento Sustentável no período de 2009-2013). O plano delineia oito sectores prioritários como o foco do desenvolvimento nacional, mas não inclui educação (nem o ensino superior), focando-se, por sua vez, nos aspectos macroeconómicos da sociedade. O estudo do Banco Mundial

(Bloom et al. 2006) consta que não é efectuada qualquer referência ao ensino superior nos Documentos Estratégicos de Redução da Pobreza (PRSPs) do país. De uma perspectiva de ensino superior, existe, portanto, uma desconexão entre o planeamento de desenvolvimento nacional e o sector de ensino superior, apesar de algum reconhecimento do papel do ensino superior no desenvolvimento nacional.

Uma das principais políticas de ensino superior em Angola é a "Lei n.º 7/03 de 17 de Junho de 2003, Diário da República, I Série n.º 4717.06.2003" que estabelece três estruturas principais para o ensino pós-secundário: o Conselho de Ensino Superior, Direcção Nacional de Educação Técnica e Profissional e Direcção do Ensino Superior. Um estudo aprofundado dos objectivos do conselho e das direcções revela que apenas a Direcção Nacional de Educação Técnica e Profissional indica uma expectativa em fazer uma contribuição activa para o desenvolvimento socioeconómico nacional. É esperado que o Conselho e a Direcção do Ensino Superior garantam a qualidade no sistema de ensino superior (SARUA 2009). Com o crescente papel do ensino superior na transformação e desenvolvimento nacional (conforme reconhecido em Angola), há uma necessidade de reconciliação política entre a política de desenvolvimento nacional e a política do ensino superior para situar estrategicamente o ensino superior, reconhecendo a contribuição nacional e regional que pode fazer num país que se esteja a tornar rapidamente num actor global na região e no continente.

Existem diversos esforços governamentais que visam melhorar o acesso, a qualidade e a importância do ensino superior no desenvolvimento nacional em Angola. Há, no entanto, uma falta de provas de coordenação e orientação de política claras entre sectores e na região.

Recentes desenvolvimentos e debates referentes ao ensino superior

Devido à guerra civil prolongada que não só limitou o desenvolvimento do ensino superior, mas também forçou muitos académicos a sair do país, o ensino superior em Angola pode ser considerado como estando na sua fase de definição. Um marco significativo é a importância que o governo actual atribui ao ensino superior e ao nível de crescimento experienciado (e que continua a ser experienciado) pelo sector em menos de uma década.

Na prática, Angola testemunhou um aumento significativo no número de colégios secundários e pós-secundários ou vocacionais. Começando com apenas duas universidades em 1998 - a Universidade de Agostinho Neto (UNA) e a Universidade Católica (UCAN) – o presidente angolano destacou recentemente o facto de que existem mais de 17 universidades e 44 instituições de ensino superior no país. Tal foi apoiado com as despesas governamentais superiores a 48 milhões de dólares norte-americanos na criação e funcionamento de 53 novas escolas e formação técnico-profissional (SARUA 2009).

Em 2012, são esperadas mais despesas do governo angolano pela provisão de bolsas de estudo e bolsas para suportar o crescimento do ensino superior. Tal foi anunciado pelo Ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia declarando que "o governo angolano vai criar 6.000 bolsas em 2012 como parte da sua política para promover a educação". Este novo número contribuirá para os 2.405 alunos que já estudam no estrangeiro (1.965 em licenciaturas, 146 em mestrados e 294 em doutoramentos em países diferentes).

A 12 de Setembro de 2012 um relatório da imprensa indicou que o governo identificou uma necessidade urgente em todos os cidadãos angolanos participarem em esforços de ensino superior, pois tal desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável "harmonioso" no país (AngolaPress 2012). De acordo com o relatório, um funcionário superior na Universidade José Eduardo dos Santos declarou que:

"... a quantidade de riqueza e pobreza depende da qualidade da educação... O desenvolvimento económico e social de um país exige primeiramente o desenvolvimento da educação universitária com base num desempenho académico e científico dos alunos" (AngolaPress 2012).

Argumentou que o desenvolvimento do ensino superior é da responsabilidade de cada cidadão angolano e não apenas de alguns executivos.

Sendo o género um factor significativo no acesso ao ensino superior e na produtividade, o governo angolano tomou iniciativas políticas significativas não apenas para aumentar o acesso ao ensino superior por parte das mulheres como também para facilitar o acesso à investigação e desenvolvimento científicos. Por ocasião da 28.ª política de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional (CTI), o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia enfatizou que o objectivo específico da política era tratar de "questões associadas à promoção e garantia da participação das mulheres nas actividades do CTI", reiterando que esta política e um novo caminho "abrirão o caminho para o aumento do número de mulheres angolanas nas carreiras científicas, produzindo conhecimentos científicos e enriquecendo a comunidade científica nacional aos níveis regional e internacional" (AfricaSTI 2012).

Ainda com vista a situar o ensino superior nos seus esforços de desenvolvimento, Angola acolhe o recentemente criado Centro de Excelência para as Ciências Aplicadas à Sustentabilidade (CESSAF). A Universidade de Agostinho Neto, situada em Luanda, acolherá o seu primeiro centro africano para o desenvolvimento sustentável. Espera-se que o centro forneça investigação e oportunidades de formação para os cientistas em toda a África Subsariana através de formação especializada e da partilha de conhecimentos inovadores especializados entre diferentes países (Makoni e Sawahel 2011). O Ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia também inaugurou recentemente um novo politécnico na província do sul de Huíla.

Além do petróleo, gás e minerais naturais com os quais o país está dotado, o governo angolano e o sistema de ensino superior fizeram esforços significativos para fazer

corresponder o seu processo de desenvolvimento e reconstrução ao conhecimento, ensino superior e inovação. No entanto, grande parte destes esforços é iniciada por ministérios e sectores diferentes com pouca coordenação governamental através de um quadro ou organismo central.

Regionalização

Angola, com português como o seu idioma nacional oficial, está a fazer grandes progressos na criação de parcerias de colaboração académica e científica com instituições e países no e além do continente africano. O CESSAF foi criado para juntar especialistas, alunos e académicos de diferentes partes de África, Europa e do Reino Unido para partilhar conhecimentos inovadores sobre a gestão ambiental. O centro actuará como uma base para a colaboração regional através de conferências internacionais e sessões de formação prática. Além disso, de acordo com os funcionários, será iniciada uma base de dados central com informações sobre questões relevantes para a investigação africana de ciências da terra, com vista a promover a interligação e colaboração entre vários centros de investigação em África.

Existem diversas actividades de colaboração com outras universidades, incluindo o memorando de acordo que foi recentemente celebrado entre o Danish Hydraulic Institute (DHI) e a UAN. De acordo com o documento, "o acordo permitirá o acesso por parte da instituição angolana às tecnologias produzidas pelo DHI utilizadas na formação e investigação académica" (AngolaPress 2011). Em outro lugar, havia um acordo entre o ensino superior em Angola e o sistema de ensino superior no Paraguai para aceitar e atrair mais alunos angolanos de pós-graduação. Tal foi anunciado pelo presidente dos alunos angolanos no Paraguai, que mencionou que "mais de 50 cidadãos angolanos estão a frequentar mestrados e doutoramentos no Paraguai, pois existem melhores condições de estudo". Assim, parece que há um sentido do valor de colaboração com o sistema de ensino superior em Angola.

Na região da SADC, além de ser uma signatária do Protocolo de Ensino Superior e Formação da SADC, Angola faz parte do projecto de Ensino Aberto e à Distância (ODL) iniciado em 2007. O projecto visa, entre outros, enfatizar a necessidade de uma abordagem multifacetada para a criação de capacidade no ODL, tal como nas áreas de quadros de política de desenvolvimento, formação e o estabelecimento de estruturas institucionais para melhorar a colaboração.

Angola também possui uma colaboração próxima com as universidades e sistemas de ensino superior na região da SADC. Os principais colaboradores são África do Sul e Moçambique com as quais houve acordos de cooperação. Embora esta cooperação seja

abrangida pelo Protocolo de Ensino Superior e Formação da SADC, não foi efectuada qualquer declaração política evidente para que alinhe a política e o planeamento de ensino superior angolano com o Protocolo da SADC.

Numa reunião extraordinária dos ministros da educação e formação da SADC, na qual compareceram os principais representantes do sector de educação angolano, a "urgência em expandir as inscrições e o acesso ao ensino superior" foi realçada. Tal incluiu a expansão da utilização de tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e a melhoria da sua qualidade e importância no ensino superior, assim como as exigências de desenvolvimento humano e socioeconómico da região da SADC (comunicado de imprensa 2012a). O governo angolano também realçou o papel e a importância do ensino superior no desenvolvimento nacional, embora com menos ênfase na colaboração com os sistemas e instituições regionais.

No início do ano académico de 2012, o vice-presidente angolano utilizou o slogan "Ensino superior: no caminho da qualidade do ensino e investigação a favor do desenvolvimento nacional" para realçar a importância do ensino superior em alcançar o desenvolvimento (AngolaPress 2012b). Embora Angola no seu processo de desenvolvimento e reconstrução tenha aumentado significativamente o número de instituições de ensino superior que reflectem as políticas e objectivos da SADC para um maior acesso ao ensino superior, existem poucas provas de políticas nacionais ou institucionais claras que visem o alinhamento do planeamento do ensino superior com os protocolos e metas da SADC. Tal também pode ser atribuído ao fraco sistema regulamentar do ensino superior em Angola que ainda está em desenvolvimento.

Permitir e impedir influências na regionalização

Observando os obstáculos à regionalização, um principal obstáculo actual e potencial ao nível de colaboração e parceria entre o ensino superior, academias e outras universidades angolanas na região é o idioma. Com o português como o principal idioma de comunicação numa região dominada por académicos anglófonos, políticas escritas em inglês e a maioria das universidades com aulas em inglês, o envolvimento numa colaboração significativa torna-se um tanto desafiador, se não mesmo intimidante. Proveniente de um contexto recente de inquietação sociopolítica, o país também enfrenta desafios de desenvolvimento significativos que podem ser o motivo para um foco inicial na estruturação e consolidação do sector de ensino superior nacional antes da abertura a uma colaboração e harmonização regionais. Esta preocupação foi evocada num estudo recente que conclui que para Angola "o principal foco e prioridade é - e tem de ser - a reconstrução e o desenvolvimento domésticos. Ainda há um longo caminho a percorrer antes de Angola poder beneficiar completamente e contribuir para a cooperação e integração regionais" (Tjønneland 2011:21). Embora o foco do estudo estivesse na infra-estrutura, também pôde ser observado noutras áreas da economia e da sociedade, incluindo no ensino superior.

Conclusões

O crescimento do ensino superior em Angola, desde apenas duas universidades (uma pública e uma privada) em 1998 para mais de 60 instituições (incluindo 17 universidades) actualmente é uma indicação evidente da importância colocada no ensino superior. Este aumento no número de instituições foi acompanhado por um aumento da despesa governamental através de bolsas e bolsas de estudo, fornecendo instalações de apoio académico com vista a colocar o ensino superior no papel de desenvolvimento que deve desempenhar no caminho de desenvolvimento e recuperação do país. Apesar do rápido desenvolvimento de estruturas, o ensino superior em Angola continua a carecer da capacidade humana em criar estruturas nacionais necessárias para controlar o ensino superior. Existe, portanto, uma necessidade em estabelecer políticas de qualidade, controlo e coordenação do sector do ensino superior.

Pode ser argumentado, com base nas informações disponíveis, que parece existir um nível justo de colaboração entre as instituições angolanas e outras universidades, instituições e sistemas de ensino superior a nível mundial. Tal mostra um esforço consciente em eliminar a barreira do idioma e tentar comunicar, partilhar conhecimentos e recursos científicos com outras academias através de diferentes barreiras socioculturais. No entanto, parece haver um menor esforço em colaborar com as universidades africanas e particularmente aquelas na região sul-africana. Esta falta de empenho regional também pode ser evidenciada no baixo nível de resposta das universidades contactadas no âmbito deste estudo.

Referências

African Development Bank (ADB) (2011a) *Angola: 2011-2015 Strategic Plan: Country Strategy Paper & 2010 Country Portfolio Performance Review*. ADB.

African Development Bank (ADB) (2011b) *Southern Africa Regional integration strategy paper 2011-2015*. African Development Bank Group.

AfricaSTI (2012) Angola outlines policies for women's access to scientific research. Retrieved online from: www.africasti.com/headlines/angola-outlines-policies-for-womens-access-to-scientific-research.

AngolaPress (2011) Angola: Agostinho Neto University and Danish Institute Sign Memo on Thursday. Retrieved online from <http://allafrica.com/stories/201202020272.html>.

AngolaPress (2012a) Angola: Official Calls for Joint Efforts for Development of Higher Education. Retrieved online from <http://allafrica.com/stories/201209140275.html>.

AngolaPress (2012b) Angola: Vice President Highlights Higher Education Growth. Retrieved online from <http://allafrica.com/stories/201203060329.html>.

Bloom D, Canning D and Chan K (2006). *Higher Education and Economic Development in Africa*. Washington DC: The World Bank.

CIA World FactBook (2012) *Angola*. Retrieved online from www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html.

Human Rights Watch (2011) *Angola: Stop Blocking Activists at SADC Summit*. Available at www.unhcr.org/refworld/docid/4e4df86e2.html.

Makoni M and Sawahel W (2011) ANGOLA: New centre for sustainable development. *University World News*. Retrieved online from www.universityworldnews.com/article.php?story=20110520202848796.

Mogobe KD, Meyer JC and Bruce S (2009) Collaboration in higher education for nursing and midwifery in Africa. *African Journal of Nursery and Midwifery*, (11)1, pp. 5-15.

Oyewole O (2009) Internationalisation and its implications for the quality of higher education in Africa. *Higher Education Policy*, 22(3), pp. 319-329.

SARUA (2009) *Mainstreaming higher education in national and regional development in Southern Africa: Angola Country Profile*. Johannesburg: SARUA.

Supachai and Nopraenue S (2008) *Harmonisation of Higher education: Lessons learned from the Bologna Process*. Bangkok: Seameo Rihed.

Tinajero SPA (2009) *Setting the Stage for Enhanced Development Impacts of Remittances in Angola*. Retrieved online from www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/media/docs/reports/angola_final_report_remittance_study.pdf.

Tjønneland EN (2011) Developing Angola's Infrastructure: What is SADC's role? *CHR Michelsen Institute (CMI) Working Paper*.

United Nations Development Programme (UNDP) (2009) *United Nations Development Assistance Framework (UNDAF) in Angola 2009-2013*. Retrieved online from http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/UNDAF-AO-2009_2013-En.pdf.